



RELEM – Revista Eletrônica Mutações

©by Ufam/Fic/Icsez

Feminismo de quem para quem? Repensando conceitos feministas a partir do PesquisadorCOM

Ellen D'Oliveira Santos¹

<https://orcid.org/0000-0003-2747-2350>

Marcia Moraes²

<https://orcid.org/0000-0002-8581-6126>

Resumo

Este trabalho se inicia com a colocação da pergunta: a cisão entre teoria e prática feministas produz que efeitos, que ecos ainda hoje? Para responder essa pergunta, o texto segue pistas de Bell Hooks (2019) para rastrear os percursos que o movimento feminista fez, reconhecendo seu processo de academização e os recortes de classe e raça que foram sendo privilegiados ao longo do tempo. Então, na tentativa de aproximar pensamento e prática feministas nos dias atuais, o texto se coloca na função de pensar possíveis pontos de articulação entre os dois a partir do PesquisadorCOM (MORAES, 2010). Para isso, esse trabalho costura respostas de 06 entrevistas realizadas com mulheres cis brasileiras acerca de temas relacionados ao feminismo. As conclusões tiradas no processo de escrita apontam para a necessidade de reforçar e investir em políticas públicas de gênero e para a mulher, bem como para políticas que democratizam o acesso à universidade.

Palavras-chave: Feminismo; Academização; Políticas de gênero

Feminism from who to whom? Revisiting feminists concepts with ResearchWith

Abstract

This work begins with the question: what effects does the rupture between feminist theory and practice produces that echoes to today? To answer this question, the text follows hints from Bell Hooks (2019) to trace the paths that the feminist movement has taken, recognizing its process of academization and the class and race cuts that have been privileged over time. Then, in an attempt to bring feminist thought and practice closer today, this work takes on the mission of thinking of possible points of articulation between the two from the approach of PesquisadorCOM (MORAES, 2010). To this end, this work stitches answers from interviews with 06 brazilian cis-women about themes related to feminism. The conclusions drawn in the writing process point to the need to reinforce and invest in public gender and woman policies, as well as policies that democratize access to university.

Keywords: Feminism; Academization; Gender policies

Tramitação:

Recebido em: 21/03/2023

Aprovado em: 14/08/2023

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Psicologia na área-tema Produção de Subjetividade e Exclusão Social pela mesma universidade (2021), formação e bacharelado em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Possui experiência na área de psicologia com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Clínica, pesquisando principalmente os temas feminismo, produção de subjetividade e educação e atuando como psicóloga clínica, costurando prática clínica e epistemologias feministas. E-mail: ellendoliveira@hotmail.com

² Doutora em Psicologia pela PUC/SP. É Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação strito sensu - mestrado e doutorado. Desenvolve pesquisas e atividades de extensão no campo os estudos da deficiência, em especial com pessoas com deficiência visual, fazendo uso de métodos e referenciais de investigação orientados pelos estudos da deficiência, em particular, na perspectiva feminista. É autora de diversas publicações no campo dos estudos da deficiência, com enfoque centrado na perspectiva feminista da deficiência e no pesquisadorCOM como método. Coordena o Laboratório PesquisadorCOM: Pesquisas e Intervenções em Psicologia (UFF). É pesquisadora Cientista do Nosso Estado (Faperj). E-mail: marciamoraes@id.uff.br



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_B

Relem, Manaus (AM), v. 16, n. 26, jan./jul. 2023.



Introdução

A escrita deste artigo parte de uma inquietação de uma das autoras: a cisão entre teoria e prática feministas produz que efeitos, que ecos ainda hoje? Começar o texto já com esta pergunta pode inquietar quem nos lê e abrir mais outras interrogações que problematizam a própria ideia de que há uma cisão entre teoria e práticas feministas. Pois nós também problematizamos tal cisão. Porém, é preciso advertir nossos/as leitores/as de que a escrita deste texto parte de experiências situadas que foram (e são) construídas a partir de experiências cotidianas que se marcam diferentemente em cada uma de nós, que assinamos este trabalho.

Somos duas mulheres brancas, cisgêneros, classe média, uma com 57 anos de idade e outra, com 28, nascemos e fomos criadas no Estado do Rio de Janeiro, uma em Niterói, outra em Rio Bonito, uma cidade do interior. O percurso de nossa parceria tem nos levado a construir laços que em alguns pontos nos aproximam, em outros nos singularizam. Assim, nas linhas que se seguem usaremos o pronome pessoal ora na primeira pessoa do singular, ora no plural. A modulação pronominal é também a modulação de nossa parceria, por isso, é relevante que ela componha a escrita do trabalho não como uma falha, mas como afirmação do nosso lugar nas experiências que perpassam o texto.

Esse artigo nasce da percepção de que, com frequência, ao voltar para lembranças de infância e adolescência, o exercício não é só de rememorar, mas também de ressignificar, de fazer novas leituras das mesmas situações. Ao rememorar, torna-se imprescindível que novos sentidos se atrelem àquelas memórias. Isso porque, na infância e na adolescência, não se faziam presentes em nosso cotidiano as perspectivas sociais, políticas e econômicas que atravessavam determinadas situações e que hoje nos são tão caras. Precisei de anos estudando, debatendo, trocando e vivendo novas realidades para poder acrescentar atravessamentos de gênero, raça, classe e deficiência para a minha visão de mundo. Entendo hoje que um dos motivos pelos quais me faltavam todas essas perspectivas e atravessamentos, era também a ausência dessas articulações e críticas nos espaços que eu habitava. Família, escola, igreja... Espaços onde as discussões e as pautas dos movimentos de libertação que povoaram os anos 1970, 1980 e 1990 não chegaram.

Foi só quando cheguei na faculdade, que tive contato pela primeira vez com o pensamento feminista. Estudar sobre o feminismo, ouvir a respeito, assistir aulas e trocar com outras mulheres me fez capaz de olhar para as vivências, do passado, presente e futuro e compreender muitos dos meus incômodos, ressignificar experiências, validar sentimentos de



estranheza. Entendemos que muitos dos incômodos cotidianos que vivíamos, vinham de uma estrutura patriarcal, amparada no sexismo - e que a única forma de acabar com isso era através da libertação das mulheres. E para isso era necessário investir e engajar-nos no movimento feminista.

Tantas palavras novas dando significado para coisas que já ocupavam muito espaço na vida e nós só não entendíamos como. Tantas coisas que vivíamos de forma tão pessoal, de forma tão íntima - ainda que em cenários bastante distintos, por muitos anos acreditando serem experiências individuais, ao contrário, se conectavam com outras vivências, com outras experiências. Aquilo que parecia-nos ser apenas pessoal, era também político porque eram experiências coletivas, vividas individualmente (STENGERS; DESPRET, 2011). Os nossos incômodos, medos, revoltas eram sentimentos partilhados com um grupo de mulheres - grupo esse que já se articulava, já pensava e já transformava a realidade por meio da luta social.

As nossas questões, sentidas sozinhas, de forma anedótica, apontavam para um panorama social e político com questões muito maiores do que nós. Para Stengers e Despret (2011) o pessoal é político na justa medida em que aquilo que incide, de modo anedótico, em uma vida, conecta-se com outra, e com outra, e com outra compondo um “nós”. Neste texto, retomamos este sentido de pessoal para fazer a discussão que ora propomos, partindo de nossas experiências.

Este artigo, longe de querer dar uma visão definitiva sobre o tema e sem pretender esgotar o assunto, nasce justamente a partir da percepção de que existe um distanciamento entre o pensamento e a prática feminista. E, dessa forma, se propõe a pensar a articulação entre a teoria feminista produzida dentro da academia e a visão sobre o movimento feminista que habita o imaginário das mulheres fora dela, considerando processos de cisão e de conexão entre esses cenários.

A partir de um percurso teórico de epistemologias feministas (HOOKS, 2019; BEAUVOIR, 1949; SCOTT, 1990) e de respostas de 06 entrevistas, esse artigo primeiro pensa conceitos feministas, se propondo a destrinchá-los. Em seguida, amparado nas críticas propostas por Bell Hooks (2019), o texto acompanha o processo de cisão entre o pensamento feminista produzido dentro da academia e o feminismo aplicado no cotidiano das mulheres fora desse espaço. Por fim, propondo-se a estabelecer uma ponte e a pensar como esses dois campos podem agir juntos para transformar a sociedade, o artigo ainda traz questões ligadas à política

pública e programas governamentais que foram fruto e consequência das lutas das mulheres e feministas.

Método

Para compor conceitos e pensamentos feministas, levamos em consideração as caracterizações desenvolvidas sobre esse tema tanto dentro da academia, quanto fora dela. Para isso, nos utilizamos de uma bibliografia feminista, composta principalmente de autoras como Bell Hooks (2019), Simone de Beauvoir (1949) e Joan Scott (1990).

Dentro da política de escrita desse artigo, feminismo é aqui usado no singular porque o texto se alinha, em grande parte, com o pensamento de Bell Hooks (2019) que, além de fazer uso da palavra no singular, faz uma crítica à noção de que “o feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismo quantas fossem as mulheres existentes” (p.23) levantando a questão de que existem posicionamentos chave que são essenciais para a militância feminista.

Além do levantamento bibliográfico, o artigo conta também com uma série de entrevistas semi-estruturadas realizadas via telefone em função da pandemia da covid-19 no ano de 2020. É importante ressaltar que no momento de crise global, elaborou-se em volta dessas entrevistas uma rede de apoio, desabafo e cuidados. Em geral, as entrevistas foram divididas, mesmo sem querer, em dois momentos: no primeiro em que as mulheres se abriam e dividiam o peso da ansiedade e do medo no contexto de pandemia e quarentena, e num segundo, no qual elas respondiam às perguntas sem fazer conexão com o momento histórico-político-social de pandemia.

O questionário semi-estruturado foi pensado a partir do interesse de entender a compreensão que essas mulheres têm a respeito do feminismo. As perguntas não tinham a intenção de testar conhecimentos ou de classificá-los, mas sim de destrinchá-los, trazendo para o debate suas percepções sobre o movimento feminista.

No total, seis mulheres foram entrevistadas, elas foram trazidas para esse texto com os nomes fictícios de Dora, Yane, Lira, Rita, Alma e Bela. Dentre as entrevistadas, duas exercem atividade remunerada em tempo parcial e quatro são aposentadas. Todas com renda equivalente a de classe média (JUSBRASIL, 2012), com ensino superior cursados em instituições particulares entre as décadas de 1970 e 2000. Dessas seis mulheres, quatro declaram brancas e



duas se declaram negras. Na faixa etária de “50 anos ou mais”, todas já são mães, sendo três delas avós.

Os critérios de inclusão para a entrevista eram: (a) se identificar como mulher e (b) nunca ter cursado ensino superior ou estar afastada há 10 anos ou mais do ambiente acadêmico.

Acompanhando as apostas metodológicas de Grada Kilomba em “Memórias da Plantação” (2019), esse trabalho segue rastros de uma forma de fazer pesquisa centrada no sujeito e no *study up*, isso é, formas de investigar “membros do seu próprio grupo social, ou pessoas de status similares, como forma de retificar a produção constante do status quo dentro da produção de conhecimento” (p. 82). Segundo a autora, essa forma de pesquisar apresenta condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras e entrevistadas, possibilitando a produção de um conhecimento a partir de relações de poder mais igualitárias. Para realizarmos as entrevistas, foram enviados alguns convites, via mensagem online, para mulheres que se encaixavam nos critérios de inclusão. A partir das entrevistas, as próprias participantes indicavam amigas, conhecidas, colegas de trabalho que achavam que se interessariam pelo tema. A parte interessante é que em momento algum foi solicitado a essas mulheres alguma indicação, mas partia de uma total espontaneidade.

Durante as entrevistas, a aposta metodológica foi o pesquisarCOM (MORAES, 2010). Esse método propõe um afastamento de uma forma de fazer ciência que é asséptica, propõe distanciar-se de ideias pré-concebidas do campo, dos sujeitos e de suas realidades. Nesse sentido, esse método coloca-se de forma a operacionalizar práticas de pesquisa que componham um cenário aditivo, que parta do referencial do outro.

No pesquisarCOM (MORAES, 2010), o outro com quem pesquisamos não é um sujeito dócil, mas um expert. Portanto, a relação entre sujeito e objeto, entre pesquisadoras e pesquisadas se tece no encontro, nas conexões por meio das quais as expertises são compartilhadas. Assim, a proposta não é “extrair” informações das pessoas com quem pesquisamos, mas sim construir conhecimentos com elas. Por certo que elaboramos questões que nos interessavam responder. Mas é certo também, como salientam Moraes (2010) e Sadaa (2005), que as questões são refeitas, retrabalhadas no encontro com as mulheres com quem pesquisamos. Salientamos, mais uma vez, que o cenário da pandemia da covid-19 foi um ponto de inflexão em nossos encontros, transformando-os em espaços de acolhimento e de cuidados recíprocos, não previstos por nós.



A análise das entrevistas foi feita a partir um método qualitativo de forma a executarmos um exercício de tradução, isso é, identificamos os pontos que se *encontram* da teoria feminista academicista e dos conhecimentos que as mulheres partilharam conosco. Esses encontros dos conhecimentos não foram necessariamente solos em comum, mas que dialogam entre si, produzindo em conjunto reflexões que se acrescentam. Chamamos de exercício de tradução pois foi uma prática que consistia em identificar em linguagens diferentes os mesmos conceitos e proposições.

Pensando conceitos feministas

O feminismo, descrito por Bell Hooks como “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (2019, p.13) nasce a partir da percepção de diversas mulheres de que a estrutura em que vivemos está, majoritariamente, favorecendo os homens sobre nós, e que existe uma forma de mudar a ordem e o andamento da sociedade para torná-la justa. O sexismo nada mais é que a discriminação de uma pessoa baseada em seu sexo. Essa discriminação, acompanhada de opressão e exploração, constrói toda uma estrutura de poder na qual os homens são os mais beneficiados (ainda que, dadas as devidas proporções, sejam também vítimas).

Diferente do que muita gente acredita, o movimento feminista não tem a ver com ser anti-homem. O que significa que apesar das mulheres reivindicarem equidade de gênero, não queremos inverter as bases da exploração. Queremos acabar com o sexismo, isso é, queremos que nenhum sexo seja explorado e/ou oprimido em relação ao outro. O que, em suma, quer dizer que o movimento feminista luta pela libertação de ambos os sexos (HOOKS, 2019). Mas, o que significa querer a libertação das mulheres e dos homens? Libertação de quê? Que força é essa que nos prende, nos cerceia, nos violenta e nos oprime?

Ao ser perguntada sobre os seus conhecimentos sobre o movimento feminista, a entrevistada Dora respondeu que entendia o feminismo como um movimento que buscava dar às mulheres “independência do sistema”, e quando questionada sobre que “sistema” era esse, respondeu “sistema machista”. Então, retomamos a pergunta: que sistema machista?

O sexismo, quando estruturado e institucionalizado, forma toda uma rede de poder disfuncional, a essa rede sexista chamamos de patriarcado. Nos patriarcados, as mulheres estão colocadas de forma submissa aos homens. Na tentativa de entender os patriarcados, algumas





acadêmicas feministas se propuseram a pensá-lo através de perspectivas históricas, biológicas e políticas.

Na perspectiva histórica, Beauvoir (1949) afirma categoricamente que “o mundo sempre pertenceu aos machos” (p.95). A autora afirma que as organizações sociais mais primitivas já apresentavam a dominação dos homens sobre as mulheres, e se questiona quais privilégios permitiram que os homens satisfizessem o desejo de dominar as mulheres. Beauvoir busca na biologia as explicações para esses privilégios. Para ela, a força física dos homens devia representar uma grande vantagem na organização das sociedades na época, mas além disso, a reprodução se configurava como uma grande desvantagem para as mulheres. Ela afirma que com relação às mulheres “a gravidez, o parto, a menstruação diminuíam sua capacidade de trabalho e condenavam-nas a longos períodos de impotência.” (BEAUVOIR, 1949, p.96)

Outras feministas identificaram a reprodução como uma condição primordial para a dominação masculina, chegando a defini-la como “a amarga armadilha”. Mary O’Brien (apud Scott, 1990) teoriza que a dominação masculina viria como um “efeito do desejo dos homens de transcender a sua alienação dos meios de reprodução da espécie.” (s/n) Joan Scott (1990) cita o trabalho de Firestone, no qual ela diz que a “libertação das mulheres viria das transformações na tecnologia de reprodução, que poderia no futuro próximo eliminar a necessidade do corpo das mulheres como agentes de reprodução da espécie.” (s/n)

Durante as entrevistas, a questão da gestação e da maternidade também apareceu. Yane compartilhou que, em sua opinião, por causa do período de gestação, a mulher sempre vai estar mais envolvida com a criança do que o homem. Para ela, a gestação e a responsabilidade com os filhos estão interligadas, fazendo com que assim, pelo menos nos anos iniciais das crianças, a mãe seja necessariamente a principal cuidadora. Yane ainda diz ser exatamente essa a diferença que faz com que as mulheres não sejam tão valorizadas no trabalho, já que com que frequência precisam se ausentar ou sair mais cedo para cuidar do bebê, fazendo com que suas oportunidades e salários sejam desiguais.

Ao pensar os patriarcados politicamente, uma teoria que ganhou muita força foi a que os pensava costurados ao capitalismo, isso é, o sistema de dominação sexista vem como subproduto de uma ordem de dominação econômica. As pensadoras feministas entendiam que “a sexualidade é para o feminino o que o trabalho é para o marxismo: o que nos pertence mais e, no entanto, nos é mais alienado” (MACKINNON *apud* SCOTT, 1990, s/n). Porém, para Joan Scott, os patriarcados e o capitalismo são entidades separadas, mas que interagem entre si de



uma forma muito coesa. Ela explica essa posição a partir de uma leitura histórica de que o patriarcado antecedeu o capitalismo, ao mesmo tempo que permaneceu nas organizações socialistas. Scott (1990) diz que o patriarcado é a relação direta entre gênero e poder, sendo que nele, gênero é a forma primeira de significar as relações de poder.

O conceito de gênero é cheio de tensões e problemáticas. Durante as entrevistas, ele apareceu apenas duas vezes, as duas durante a resposta para a pergunta “*Como você explicaria o movimento feminista para uma pessoa que nunca ouviu falar dele antes?*”. As entrevistadas Lira e Rita responderam, dentre muitas coisas, que as lutas feministas vieram para buscar mais “igualdade de gênero”. Quando pedi para que me explicassem melhor o que elas entendiam por “gênero”, Lira respondeu apenas “masculino e feminino”, sem elaborar mais a resposta. Rita respondeu “homem e mulher, nesse sentido. Eu sei que o movimento feminista até abrange também outros grupos. Os grupos LGBT. (...) Me parece que o grupo feminista até abrange esse outro grupo aí também, mas não estou muito por dentro. Quando falei igualdade de gênero eu estava me referindo mais a isso mesmo, ‘homem e mulher’. Concordo plenamente que igualdade também entre homossexuais e heterossexuais tem que existir, tem que existir igualdade entre raças, ou melhor, ‘etnias’ que é um termo mais correto. Igualdade sempre.”

As respostas de Lira e Rita nos fazem refletir sobre a tríade que, em meio a tanta teoria, tenta se dissociar entre si: sexo, gênero e orientação sexual. Analisando essa tríade, Butler em Problemas de Gênero (2003) elabora, a grosso modo, as seguintes reflexões a respeito do primeiro eixo: o sexo seria sustentado por uma visão biológica sobre os corpos, isso é, é entendido a partir de uma determinação anatômica das genitálias, dividido de forma binária entre masculino e feminino.

Gênero foi cunhado principalmente para marcar um afastamento entre a cultura e a biologia (BUTLER, 2003), como uma forma de opor-se ao determinismo biológico. As implicações e bases do conceito de gênero estão na perspectiva de que a experiência de ser mulher ou homem está para além das genitálias com as quais a pessoa nasce. A priori, o termo “gênero” era um conceito neutro e despolitizado, porém, com o avanço e disseminação dos estudos de gênero, houve um crescente entendimento de “gênero” como sinônimo de “mulheres”. (SCOTT, 1990). Para autoras como Beauvoir (1949), esse tipo de colocação faz muito sentido, porque segundo ela, apenas o gênero feminino precisa ser marcado, pois se a questão de gênero não for marcada, pela lógica em que vivemos, pode-se assumir que se trata do gênero universal masculino.



Beauvoir (1949) diz que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (p.11) e com isso ela está abrindo a compreensão do ser mulher para as vivências históricas, políticas, sociais e subjetivas. Ela está apontando para a experiência vivida como conceituador de gênero e com isso, aponta também gênero como uma categoria de opressão. É preciso apontar e reforçar, que apesar das expressões de gênero muitas vezes se basearem no binarismo do sexo, isso não quer dizer que gênero é um conceito binário, até porque, em teoria, o gênero em nada depende do sexo. Isso quer dizer que existem identidades de gênero para além de homem-cis ou mulher-cis.

Já a terceira parte da tríade, a orientação sexual, diz respeito ao desejo. A orientação sexual se caracteriza pelo desejo que a pessoa exprime, podendo ser por pessoas de variados gêneros.

Feminismos e as pautas para além dos conceitos

Segundo bell hooks (2019), o feminismo atual é muitíssimo diferente do feminismo que nasceu na década 1970. A autora, que ao falar principalmente do movimento feminista estadunidense, faz uma recapitulação do surgimento do pensamento feminista, diz que o movimento começou primeiro entre mulheres amigas, colegas de trabalho, vizinhas que se reuniam em grupos de conscientização para pensar o sexismo e criar estratégias para “mudar atitudes e crenças por meio de conversão para um pensamento feminista e comprometido com políticas feministas” (p.26).

Porém, com a criação da disciplina “Estudos de Mulheres”, o pensamento feminista começou a ser difundido nas universidades. As informações sobre o movimento foram espalhadas e encabeçadas dentro do ambiente acadêmico por outro perfil de pessoas. Esse foi o primeiro passo para a mudança do corpo do movimento. “Quando a sala de aula de Estudos de Mulheres substituiu o grupo de conscientização como principal local para a transmissão do pensamento e estratégias feministas para mudanças sociais, o movimento perdeu seu potencial fundamentado na massa.” (HOOKS, 2019, p.28)

Ao fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, com as novas configurações do movimento, as mulheres brancas ganhavam destaque nas mídias de massa, e com isso, suas pautas eram as mais discutidas, se popularizando. Enquanto o feminismo buscava acesso aos direitos reprodutivos, incluindo educação sexual básica, controle pré-natal, medicina preventiva, resistência à esterilização e cesariana forçadas etc., a pauta que chegou às mídias



foi pelo direito ao aborto. As outras pautas, que já eram garantidas para mulheres brancas de classe média, foram ignoradas. A mesma coisa aconteceu quanto às questões relacionadas ao trabalho. As mulheres brancas de classe média reivindicavam o direito de se inserir no mercado de trabalho, enquanto trabalhar já era a realidade (necessária e forçada) das mulheres negras ou brancas pobres.

O pensamento feminista que se popularizou, que atravessava os muros da academia, era um pensamento feminista liberal, que via a libertação das mulheres na independência econômica, na possibilidade de ascender profissionalmente e de ocupar cargos de poder no trabalho. Porém, o feminismo liberal é desarticulado do feminismo que se originou com os grupos de conscientização, pois não visa a libertação das mulheres pobres e não-brancas. É um feminismo, que sem desafiar as bases capitalistas, se apoia na opressão de classe e raça. É um feminismo que se une em muitos níveis ao capitalismo e ao patriarcado.

As origens radicais do feminismo, que pediam a reforma e reestruturação geral da sociedade, para que se tornasse fundamentalmente antissexista, foi esquecida a partir do foco das mídias de massa nas pautas de igualdade de gênero propostas por um grupo de mulheres privilegiado. (HOOKS, 2019, p.21)

Para Bell Hooks, o princípio do movimento feminista era radical e pregava a libertação de *todas* as mulheres, e isso incluía a libertação das opressões de classe e de raça. A autora diz que esse pensamento se perdeu em parte porque as mulheres brancas de classe média eram as únicas que ganhavam visibilidade e em parte porque o feminismo que se expandiu dentro da academia tomou rumos próprios.

Durante as entrevistas, foi possível ter um vislumbre do que Bell Hooks está falando. De seis mulheres entrevistadas, cinco já tinham ouvido falar do movimento feminista. Dessas cinco, todas citaram, em algum momento da entrevista, questões ligadas a independência financeira, como por exemplo igualdade salarial, inserção no mercado de trabalho, a dupla jornada de trabalho, destaque no cenário empresarial, desigualdade devido aos compromissos maternos.

As mulheres brancas foram as que mais deram ênfase para a questão trabalhista, reforçando em diversos momentos da entrevista como a emancipação feminina de um status subordinado é extremamente relacionada à independência financeira. A saída da mulher de um ambiente domiciliar para o mercado de trabalho foi recordada pelas entrevistadas como uma conquista do movimento feminista. Inclusive, quando eram pedidas que falassem um pouco da

relação delas com o feminismo, mostravam um sentimento de orgulho em dizer que tinham estudado e trabalhado fora de casa.

A teoria pela teoria e a cisão com a prática

À medida que as mulheres, sobretudo as brancas de classe média, iam acumulando conquistas, um fenômeno de alienação do pensamento feminista ia acontecendo. Dentro da academia, o movimento tomou novos contornos, o que antes tinha vindo diretamente da prática, agora era elaborado em textos complexos, com um jargão próprio, em uma teoria metalinguística, como se o pensamento feminista estivesse sendo produzido apenas para o público acadêmico. (HOOKS, 2019)

“Pensamento e teoria feminista já não estavam mais amarrados com o movimento feminista” (HOOKS, 2019, p.45). Esse processo decorreu da elitização do movimento, já que as mulheres que compunham o corpo acadêmico eram aquelas que formavam a classe dominante. Dessa forma, ao movimento ia faltando articulação pensamento-prática e visão crítica sobre diferentes formas de dominação e libertação. “Trabalhos que eram e são produzidos na academia muitas vezes são visionários, mas essas ideias raramente alcançam pessoas. Como consequência, a academização do pensamento feminista dessa maneira enfraquece o movimento feminista por meio da despolitização.” (HOOKS, 2019, p.45)

Durante as entrevistas, quando perguntadas se tinham alguma relação com o movimento feminista, algumas respostas foram surpreendentemente negativas. Bela afirmou que o feminismo “não afeta tanto” a sua vida, ainda que sempre tivesse se visto como uma mulher livre e que tenha criado suas filhas para que não dependessem de homem nenhum, nem mesmo do pai delas. Yane foi categórica em dizer que “o feminismo não afeta a sua vida”, mas que “as netas podem evoluir surfando nessa onda de igualdade”, aproveitando o momento para crescer dentro do trabalho. Rita disse que “não tem relação ativa” com o feminismo, já que não vai para a rua, nem para luta ou para a mídia, mas que “considerando que é um movimento de luta por igualdade”, ela está engajada, já que desde nova lutou por sua independência como pessoa.

Essas mulheres, que não se consideram o sujeito do feminismo, têm também dificuldade de reconhecer como o movimento feminista poderia representar seus interesses, uma vez que as pautas socializadas para além do ambiente acadêmico são poucas.

Coloca-se nesse momento a questão de como aproximar o pensamento feminista produzido dentro da academia dessas mulheres que estão fora dela. Como estreitar essa relação,



trazendo a percepção mútua de pertencimento? Ou seja, como dar visibilidade para o fato de que o feminismo se debruça sobre os interesses dessas mulheres, assim como essas mulheres podem se interessar sobre o feminismo? As pistas para essa reflexão vêm exatamente das entrevistas. Vêm daquilo que elas trouxeram como importante, apontando como conquistas do feminismo que têm impacto na vida delas e na vida de suas amigas e parentas.

Rita traz em sua fala a percepção de que “no passado as mulheres eram propriedades do marido e dos pais. A mulher não tinha voz, não tinha direitos, não podia trabalhar, não podia votar, não podia fazer um monte de coisas que a gente já está conseguindo.” Dora coloca que o feminismo mudou o pensamento de que “a mulher deveria aceitar agressões em casa, de que a mulher era inferior intelectualmente”, ainda nessa linha, Rita, Bela, e Alma abordaram a Lei Maria da Penha e a Delegacia da Mulher. Rita disse que “faz parte da luta feminista também se preocupar com a violência contra a mulher.” Lira, Yane, e Bela trazem com força na entrevista a questão do trabalho doméstico e dos filhos serem responsabilidades tradicionalmente incubidas às mulheres, e criticam essa visão e essa lógica de funcionamento. Na entrevista, Lira diz que “durante a pandemia eu tenho visto muito os jornais falando dos médicos que não podem voltar para casa por uma questão de segurança, que estão no hotel e sentem muita falta da família. E a médica que não pode voltar para casa, que teve que deixar o filho com a vizinha ou com a mãe. Mas nunca falam que o homem teve que deixar o filho, né? Por que a mulher que teve que deixar o filho? O filho é dos dois!”

As questões levantadas pelas entrevistadas são algumas das mais caras para o movimento feminista, e algumas das quais já encontram representação política. Pensando que as leis, os projetos de lei e as políticas públicas servem como ponte entre o pensamento feminista e a aplicabilidade do feminismo no cotidiano das mulheres, é a partir das falas e demandas das entrevistadas que este artigo se vê impelido a levantar algumas políticas públicas e programas governamentais, no Brasil, que se preocupam com questões ligadas à problemáticas relacionadas especificamente às mulheres e com a diminuição das disparidades de gênero.

A ponte

A diferença entre política de gênero e política para mulheres gera um grande debate na área das ciências políticas. As políticas públicas a partir de uma perspectiva de gênero são aquelas que, ainda que de maneira embrionária, contribuem para modificar uma estrutura



patriarcal promovendo equidade de gênero. (FARAH, 2004) Já as políticas públicas para mulheres são aquelas que se preocupam especificamente com a condição de ser mulher, tendo como foco exatamente as dificuldades provenientes da experiência feminina.

No Brasil, a incorporação dessas perspectivas na política pública e nos programas governamentais faz parte de um processo relativamente recente. Durante o período de 1970-1990, os movimentos sociais participaram da construção de uma agenda mais democrática. Entre eles, o movimento de mulheres e o movimento feminista conseguiram levantar pautas específicas à problemáticas ligadas à mulher. Questões como direito à creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher eram abordadas, problematizadas e reivindicadas. Dessa forma, “o movimento feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático.” (FARAH, 2004, p.51)

À partir do processo de redemocratização, tivemos a incorporação de diversos dispositivos que tentam promover maior igualdade social e se preocupam mais com as mulheres. A Lei das Eleições (BRASIL, 1997), a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), a criminalização do assédio sexual (BRASIL, 2001), a qualificação do feminicídio como homicídio qualificado (BRASIL, 2015) e Lei da Importunação Sexual (BRASIL, 2018) são alguns dos exemplos mais conhecidos e que dialogam com as preocupações trazidas pelas mulheres durante as entrevistas.

Temos também no Brasil uma série de diretrizes que guiam o curso de alguns programas governamentais. Por exemplo, chamou a atenção o fato de a independência financeira ter sido levantada consistentemente entre as entrevistadas. Não é uma preocupação descontextualizada se analisarmos como no Brasil,

em 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário mínimo per capita. Dados de 1994 revelam que, enquanto o desemprego masculino era de 6,7%, o desemprego feminino atingia 13,9%. Acrescente-se que parte significativa das mulheres que ingressam no mercado de trabalho vai para o setor informal, onde estas não têm acesso a garantias trabalhistas e à previdência social. (FARAH, 2005, p.55)

Esses dados apontam para o que é chamado de “feminização da pobreza” ou “pauperização das mulheres”, que é a percepção a partir da qual compreende-se que as mulheres sofrem mais com o desemprego, com baixos salários e informalidade trabalhista que os homens.





Tendo sido a independência financeira uma das questões mais abordadas pelas entrevistadas, é importante ressaltar que existem algumas diretrizes que se debruçam sobre esse tema, como por exemplo, faz parte das diretrizes das políticas governamentais dar prioridade para as mulheres em todo plano de combate a pobreza no Brasil, fazendo dessa população específica o alvo principal de suas ações. Algumas autoras, como Lavinias (*apud* FARAH, 2004), ressaltam a importância de se acrescentar ainda novos recortes para estabelecer o alvo dessas políticas. A autora traz para reflexão dados que apontam que a diferença salarial entre homens e mulheres da mesma classe econômica está diminuindo, porém, a disparidade entre mulheres ricas e pobres está aumentando. Para Lavinias, é necessário levar em consideração recortes de cor e classe. A recomendação para definir o alvo dessas políticas é de dar “especial atenção às mulheres negras, às mães solteiras e às chefes de família, por seu maior grau de vulnerabilidade.” (BARSTED, *apud* FARAH, 2004, p.56) Olhando para as políticas públicas e para a agenda de interesses do movimento feminista, é possível vislumbrar um espaço em que eles podem agir juntos de acordo com as demandas do perfil das mulheres que foram entrevistadas.

Ainda refletindo sobre as articulações entre pensamento feminista produzido na academia e as demandas cotidianas das mulheres, pensamos em como o movimento de democratizar a universidade também é essencial nesse cenário. Essa ponte que aqui tentamos estabelecer deve servir de via de trânsito não apenas para socializar os conhecimentos produzidos, mas principalmente para mexer na estrutura da própria produção de conhecimento.

Afirmar a universidade e o cenário acadêmico como espaço a ser habitado e construído por mulheres, com ênfase nos recortes de raça, classe e deficiência, é de suma importância na produção de conhecimentos que dialoguem mais com as demandas cotidianas. Nesse sentido, entendemos que as políticas de ação afirmativa exercem papel fundamental na construção dessa ponte. Levando em consideração que essas políticas possibilitam maior acesso e permanência à universidade por parte da população negra e de baixa renda, entendemos que as políticas de ação afirmativa são também importante instrumento de mudança no perfil acadêmico.

Considerações finais

O distanciamento sobre o qual Hooks (2019) elaborou sua crítica não deve ser ignorado, mas pelo desenrolar e abordagem do texto, vimos que também não deve ser encarado como intransponível ou como um caminho sem volta. O pensamento feminista acadêmico que em seu

valor inestimável instiga novas reflexões, pode servir como base, ou até mesmo como ferramenta para reivindicações políticas, fazendo parte de um processo de transformação social.

O pensamento feminista metalinguístico, elaborado em si mesmo, ainda pode fazer o esforço de se conectar com certa agenda social de transformação. As críticas de Bell Hooks não são descontextualizadas ou ultrapassadas, pelo contrário. Encontrar formas de socializar o pensamento feminista e democratizar sua elaboração apresenta-se como o novo desafio do movimento.

Além disso, a compreensão de que a transformação se dá da margem para o centro também é essencial para provocarmos essas mudanças, de forma que a renovação do comprometimento com as políticas públicas é um ponto chave para promover a articulação entre pensamento acadêmico e a experiência das mulheres na sociedade.

Referências

Beauvoir, S. (2016) *O segundo sexo: fatos e mitos*. Ed. Nova Fronteira. 3ª edição, Rio de Janeiro.

Brasil, Casa Civil. (1997) Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para eleições. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.html

Brasil, Secretaria Geral. (2006) Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

Brasil, Casa Civil. (2001) Lei Nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm

Brasil, Secretaria Geral. (2015) Lei Nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm

Brasil, Casa Civil. (1943) Lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

Brasil, Secretaria Geral. (2018) Lei Nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro





RELEM – Revista Eletrônica Mutações

©by Ufam/Fic/Icsez

corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm

Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Despret, V. et Stengers, I. (2011) *Les faiseuses d'histoires. Ce que les femmes font à la pensée*. Paris: La Découverte / Les Empêcheurs de penser en rond.

Exame. (2019) *As leis brasileiras sobre direitos das mulheres — e os avanços necessários*. Disponível em <https://exame.com/brasil/as-leis-brasileiras-sobre-direitos-das-mulheres-e-os-avancos-necessarios>

Farah, M. (2004) *Gênero e políticas públicas*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>

Favret-Saada, J.(2005) “Ser afetado”, Cadernos de campo, n. 13.

Hooks, b. (2019) *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Ed. Rosa dos Ventos. 7ª edição. Rio de Janeiro.

Jusbrasil. (2012) *Parte da classe alta quer ser vista como classe média*. Disponível em <https://crc-se.jusbrasil.com.br/noticias/100487532/parte-da-classe-alta-quer-ser-vista-como-classe-media-diz-sae>

Moraes, M. (2010) *Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual*. In: Moraes, M. e Kastrup, V. (org.). Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, v.p.01-288.

Kilomba, G. (2019) *Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano*. Ed. Cogobó, 1ª impressão.

Scott, J. (1990) W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez.